
**A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES NA
LAVOURA CACAUEIRA****THE INVISIBILITY OF WOMEN WORK IN THE COCOA
FARMING****LA INVISIBILIDAD DEL TRABAJO DE LAS MUJERES EN LAS
AZIENDAS DE CACAO**

Claudete Ramos de Oliveira¹
claudeteroliveira@hotmail.com

Ana Elizabeth Santos Alves²
ana_alves183@hotmail.com

RESUMO: O objetivo desse artigo é apresentar a análise das estratégias de acumulação capitalista para invisibilizar o trabalho das mulheres, trabalhadoras rurais das fazendas produtoras de amêndoas de cacau que, historicamente, se organizam numa estrutura hierárquica masculina. A partir da análise da visibilidade ou invisibilidade do trabalho das mulheres se pretende compreender as trajetórias de suas vidas utilizando como recurso de mediação suas memórias, assim como as memórias dos trabalhadores por meio de entrevistas abertas e semiestruturadas. Os elementos espaço temporais foram construídos acerca da ascensão e declínio da produção de cacau no município de Camacã, Bahia entre a década de 1970 e a atualidade. As amêndoas foram e são produtoras de riquezas e de uma profunda diferença entre as classes sociais (os detentores da propriedade das terras em contradição com os detentores da força de trabalho), os gêneros (demarcando os salários em função dos sexos) e a “raça” (uma vez serem pardas e negras a maioria das trabalhadoras). A conclusão é que o trabalho feminino é invisibilizado e inserido numa rede de relações de exploração da força de trabalho e que as relações de classe não são as únicas existentes no espaço agrícola de produção de cacau, mas que também há relações de divisão sexual do trabalho que reforçam as diferenças.

Palavras-chaves: Trabalho; Memória; Invisibilidade; Divisão Sexual do Trabalho.

ABSTRACT: This article has as objective present the analyses of the strategies of capitalist accumulation to make women work unviable, women rural workers in cocoa nuts producing farms organized historically in masculine hierarchical structure. The analysis of the visibility or invisibility of women workers aims the understanding of their lives course using as mediator means their memories, as well as memories of workers through open and semi-structured interviews. The temporal space elements constructed around the cocoa production ascension and decline in the municipality of Camacã, Bahia, between the 1970 decade and today. Cocoa nuts were and are the source of wealth and the deep difference between social classes (the holders of the land property in contradiction with the holders of workforce), the genres (demarcating the wages in the basis of gender) and “race” (at the time where brownish and black represent women workers majority). The conclusion is that the female job is invisible and inserted in a working force exploration net and that

¹ Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade do Sudoeste da Bahia - UESB. Professora de História da Rede Estadual de Ensino.

² Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia (2002). Pós-doutorado em Educação pela Unicamp. Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Memória Linguagem e Sociedade.

class relations are not the only ones prevailing in the cocoa production agriculture space, but that there also exist sexual division working relations that reinforce the differences.

Key-words: Work; Memory; Invisibility; Sexual Division of Work.

RESUMEN: El objetivo del artículo es analizar las estrategias de la acumulación capitalista para invisibilizar el trabajo de las mujeres, trabajadoras de las haciendas productoras de las almendras de cacao que, históricamente, se organizaran en una estructura jerárquica masculina. A partir del análisis de la visibilidad o invisibilidad del trabajo femenino se busca comprender las trayectorias de sus vidas utilizando como recurso de mediación sus memorias, así como de los trabajadores por medio de encuestas abiertas y semiestructuradas. Los elementos espaciotemporales son el ascenso y el declive de la producción de cacao en Camacã, Bahía, Brasil, entre los años de 1970 y la actualidad. Las almendras han sido y son productoras de riquezas y de una profunda diferenciación entre las clases sociales (los detentores de la propiedad de las tierras en contradicción con los detentores de la fuerza de trabajo), los géneros (donde los pagos son en función de los sexos) y la “raza” (son pardas o negras la mayoría de las trabajadoras). La conclusión es que el trabajo femenino, está inserto en una red de relaciones de explotación de la fuerza de trabajo y que las relaciones de clase no son las únicas existentes en el espacio agrícola de producción de almendras, pero existen relaciones de división sexual del trabajo que refuerzan esas diferenciaciones.

Palabras Clave: Trabajo; Memoria; Invisibilidad; División Sexual del Trabajo.

INTRODUÇÃO

Este artigo é parte dos resultados de uma investigação acerca do trabalho feminino nas fazendas produtoras de amêndoas de cacau no município de Camacã, Bahia. Foram entrevistados dezenove trabalhadores, sendo doze mulheres e cinco homens com idades entre quarenta e noventa e seis anos em sete fazendas diferentes.

A investigação teve como objetivo a análise das estratégias da acumulação capitalista para invisibilizar o trabalho das mulheres trabalhadoras rurais que trabalham em fazendas, hierarquicamente, administradas por homens.

A partir da análise das trajetórias de vida dessas mulheres, utilizando suas memórias como mediação, buscou-se compreender a invisibilidade do trabalho produtivo realizado por elas.

Nesse sentido, a mediação das memórias

expressa as relações concretas e vincula mútua e dialeticamente momentos diferentes de um todo. Nesse todo, os fenômenos ou o conjunto de fenômenos que o constituem [...] trava uma teia de relações contraditórias, que se imbricam mutuamente. (CURY, 1986, p. 43).

As memórias desses sujeitos, utilizadas como mediação no processo de investigação, permitiram traçar uma linha discursiva sobre a apropriação da força de trabalho feminina para obtenção de lucro na produção de cacau, dando sentido às análises acerca do trabalho. Observou-se a existência de uma rede de distribuição de tarefas que se iniciou com a

apropriação dessa força de trabalho e se aprofundou com a divisão sexual do trabalho, ocultada pelos registros escritos, mas presente na composição das memórias das mulheres e dos homens quando protagonizados.

Utilizou-se no processo de investigação, como ferramenta, roteiro de entrevistas abertas e semiestruturadas como orienta Minayo (2010). A ascensão e a diminuição da produção de amêndoas de cacau entre a década de 1970 e a atualidade formaram o marco temporal. Compreendendo que nesse período houve crises estruturais no capitalismo moderno que incidiram diretamente sobre o processo de produção das amêndoas na região da investigação.

O roteiro de entrevistas foi organizado visando “a obtenção das informações o mais abrangente possível” (MINAYO, 2010) sem, no entanto, tolher a liberdade de fala dos entrevistados e das entrevistadas levando-se em consideração que as memórias necessitam de tempo e instigação para que sejam acessadas.

As afirmações da sociedade rural local de que o trabalho na lavoura cacauera era pesado e por isso demandava trabalho masculino, dada a força física, mostraram-se eficazes, por décadas e, assegurava a virtualidade do trabalho das mulheres.

O gênero, a “raça” e a classe social se converteram em importantes conceitos na discussão acerca dos níveis de invisibilidade e exploração do trabalho feminino, associado ao ponto de vista masculino, no mundo rural.

Historicamente, a sociedade construiu uma maneira de ver o trabalho feminino e a ruralidade como um recorte do trabalho desenvolvido por homens. Visando a confirmação e/ou refutação de tal construção, a investigação buscou no trabalho das mulheres o espaço por elas ocupado na produção de amêndoas de cacau, bem como a resposta a uma importante questão: o que as memórias dos homens e das mulheres, trabalhadores rurais, revelam sobre a visibilidade ou invisibilidade do trabalho por elas realizado na lavoura cacauera no município de Camacã?

Ao longo da investigação, as trabalhadoras e os trabalhadores reconstituíram suas memórias baseando-se na composição das atividades desenvolvidas nas fazendas onde trabalharam. As recordações foram organizadas seguindo uma concepção de maior relevância para eles mesmos ou para o grupo de convivência. A ordem espacial conecta a ordem temporal para realizar a ancoragem das recordações.

A memória social, adotada como concepção que fundamenta a relação trabalhadoras/trabalhadores/capitalistas agrários, é a experiência do passado de cada sujeito

que participou desta investigação, se integrando ao presente, dialeticamente, em um processo contínuo de correlações.

Por meio das memórias dos trabalhadores, em especial das trabalhadoras, analisou-se dialeticamente as formas de camuflagem das relações de exploração da força de trabalho, tanto feminina quanto masculina, desempenhando, como destaca Kosik (1976), uma dupla função: “de um lado, definir a si mesmo, e de outro, definir o todo; ser ao mesmo tempo produtor e produto [...]” de suas memórias. Essas relações podem ter determinado antagonismos entre as classes e reforçado a opressão de sexo e de raça.

O campo empírico da investigação constituiu-se de seis (6) fazendas produtoras de cacau, lugares onde moram as (os) trabalhadoras (es) e que são importantes elementos de rememoração para os sujeitos.

Camacã é o Município escolhido como elemento empírico e espacial desta investigação. Seu nome, de origem indígena (Kamakã) significa “terras elevadas”³. Está geograficamente situado na Microrregião 31 ao Sul do Estado da Bahia e tem como limites os municípios de Arataca, Jussari e Itajú do Colônia, ao Norte; Mascote e Potiraguá, ao Sul; Santa Luzia ao Leste e Pau-Brasil a Oeste.

O município de Camacã está situado numa área de influência (Hinterlândia) interiorana e, como os demais municípios dessa hinterlândia se destacou pela grande produção de cacau e teve sua emancipação política baseada na produção desse fruto como sustentação econômica.

As terras sob as quais se assentam o Município de Camacã foram parte integrante da Capitania de Ilhéus, pertencente ao Município de Canavieiras até 31 de agosto de 1961, ano de sua emancipação política (COSTA, 2007). Esta região é comumente conhecida como Região Cacaueira tamanha a produtividade de cacau⁴ por mais de um século.

Gramacho (2009) pontua ainda que ao “adentrarem a Mata Atlântica, abrindo caminhos por entre emaranhado de árvores e cipós a machado e facão, descendo e subindo

³ Fonte: Instituto Sócio Ambiental, p. 1-19, 2006 (apud GRAMACHO et al, 2009).

⁴ Entre 1978/1979, segundo Alves, F. (*et al*, 1980), Camacã ocupou o primeiro lugar em produção, com 1.258.165 arrobas colhidas neste período, representando uma produção de 7,80% do total de 32.365 hectares, o que representa 7,41% do total da área com cacau da microrregião 7, sendo que por sua vez ocupou o terceiro lugar em número de propriedades, 657 fazendas produtoras. Neste período, ficou apenas atrás de Ilhéus quando se amplia a área produtora para toda a região produtora: Ilhéus com 1.348.758 arrobas, representando 8,36%, com 21.628 hectares plantados. Ainda segundo Alves, F., os 10 maiores municípios produtores de cacau neste período, por ordem decrescente, são: Ilhéus, Camacã, Itabuna, Una, Canavieiras, Itajuípe, Uruçuca, Coaraci, Ibirataia e Ibirapitanga, produzindo 44,78% do volume total da região cacaueira da Bahia.

rios, contornando cachoeira, à procura da terra ideal, aquela que acolheria o fruto dourado” iam, ao mesmo tempo, como afirma Sá (2003) “empurrando para o interior, acossados e expatriados os índios Camakãs que eram ‘corridos a rifle’, ‘pelos civilizados’, que intentavam afastá-los de suas terras multisseculares para delas tomar conta”. O que caracteriza, segundo Baiardi (1984), a “acumulação primitiva”, pois ao expropriar pela força os nativos, “o ‘desbravador’, originalmente brasileiro e extrator de madeira, utilizava o trabalho assalariado dissociado dos meios de produção, em suas expedições destinadas a consolidar a ocupação e a implantar cacauais”. Desta forma, afirma Baiardi (1984), “a cacauicultura nasceu sob a égide do capital comercial, já que o ‘desbravador’ nada mais era que um capitalista que aspirava converter-se também em proprietário fundiário”.

A cacauicultura passou a ser elemento único da economia local, de propriedade do capitalista, o que desencadeou sua expansão pelas terras do Sul da Bahia e a caracterizou como monocultura. Como nos informa Baiardi (1984) a cacauicultura, como atividade primária, foi a principal atividade econômica da Região Sul da Bahia do início do século XX ao limiar dos anos 1980, superando todas as demais culturas juntas (pecuária, produção de cereais, e cultivares considerados exóticos), pois alguns são nativos outros introduzidos pelos colonizadores, a exemplo dos seringueiros, pimenta-do-reino, cravo-da-índia e canela.

Nessa investigação verificou-se que o trabalho produtivo realizado pelas mulheres na cultura do cacau foi intenso, sempre fora realizado em todos os tempos e lugares do município e que lá estavam em todas as etapas da produção, assim como o trabalho dos homens sem, no entanto, ascender na esfera administrativa ou ter reconhecimento como parte da atividade econômica local.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

A divisão sexual do trabalho na produção rural não se aplica somente à divisão das tarefas, não se esgota na realização de trabalhos leves ou pesados, mas “nas relações assimétricas no nível de hierarquia, da qualificação ou dos salários.” (LOBO, 1991).

Essa divisão fica didaticamente explicada a partir da rememoração das/os trabalhadoras/es acerca da hierarquia existente nas relações de trabalho nas fazendas de cacau, no auge de sua produtividade, entre as décadas 1970 e final de 1980. Tal hierarquia está descrita de forma decrescente a partir da ordem de “importância” no processo produtivo.

Na hierarquia organizada para a divisão social do trabalho, o que se observa com alguma clareza é a ausência feminina na ocupação dos cargos, no entanto, os relatos dão conta de uma divisão sexual do trabalho, ainda que para as demandas oficiais o trabalho era masculino.

Nenhuma das entrevistadas e nenhum dos entrevistados trabalhou em fazendas com mulheres proprietárias, o que obviamente se constata uma divisão do trabalho levada a cabo por homens em todas as instâncias, oficialmente.

Segundo relatos, as mulheres alcançavam a função de “Cabo de turma” na escala hierárquica da administração da fazenda. No entanto, eram chamadas “mulheres-machos”, assim classificadas devido ao empenho em realizar as tarefas com igualdade no que se refere a rapidez e boa execução do trabalho. No entanto, a paridade salarial não correspondia às tarefas executadas e se mantinha atrelada ao gênero: às mulheres os menores salários.

Outra diferenciação se relacionava à falta de acesso a cargos de mando dentro das fazendas. Ainda que “parecessem homens no trato com os trabalhadores”, os sujeitos afirmaram que não conheceram mulheres como fiscais ou apontadoras. Esta hierarquia diferenciava os salários e o poder de mando diante dos trabalhadores, além de não permitirem às mulheres a mobilidade entre funções com alguma ascensão na carreira.

A organização hierárquica nas fazendas se estruturava a partir do proprietário, em descendência e com centralização na figura masculina.

A depender do tamanho da fazenda ou da quantidade de propriedades, a fazenda poderia possuir esta estrutura hierárquica de mando ou parte dela.

O PROPRIETÁRIO, com casa na fazenda, pouco ia verificar os trabalhos, pois, normalmente possuía outras fazendas ou negócios em alguma cidade grande. A “casa da sede” não significava moradia permanente do proprietário e de sua família. Daí contratava uma grande quantidade de trabalhadores para hierarquicamente organizar o trabalho e garantir a renda da terra.

Diretamente ligado a ele estava o Administrador, ou o Gerente (Empregado). Quando da existência de mais de uma propriedade, contratava-se o Administrador para administração geral de todas as fazendas.

O ADMINISTRADOR, recebia ordens diretas do proprietário e cuidava que os Gerentes de cada fazenda recebessem as ordens e as fizessem cumprir. Também o Administrador negociava em nome do proprietário as amêndoas, verificava preços e vantagens de compra e venda.

O GERENTE (chamado de Empregado), recebia as ordens e as cumpria e faziam cumprir dentro de sua área de administração direta, a fazenda. Ele realizava contratação de trabalhadores e os demitia ou não permitia que retornassem caso houvesse qualquer problema repassado pelo Cabo, Fiscal ou pelo Apontador. Era responsável pelos pagamentos semanais ou quinzenais dos trabalhadores.

O FISCAL, “corria” a fazenda verificando se o Cabo de turma estava desempenhando seu trabalho e se a tarefa estava sendo executada por todos os envolvidos. Caso houvesse qualquer desvio, o Gerente era informado para tomar as providências. O Cabo de turma podia se dirigir ao Fiscal ou ao Gerente para pedir aumento ou redução das turmas sob seu comando, a depender das necessidades do trabalho.

O APONTADOR, era o trabalhador que verificava, presenças e ausências. Conferia todo o pessoal, diariamente, para garantir o pagamento correto das diárias ao final de cada semana. Também estava diretamente ligado ao Gerente.

OS CABOS DE TURMA, separavam grupos de trabalhadoras e trabalhadores e cada Cabo se dirigia ao local de trabalho com seu grupo, explicava a tarefa e ficava todo o dia orientando o trabalho e certificando que estavam realizando. Poucas mulheres ascenderam até este cargo. Entre as entrevistadas, apenas uma se recordou de ter trabalhado sob comando de uma Cabo de Turma.

OS TRABALHADORES EM GERAL (homens e mulheres) tinham contato direto com o Cabo de Turma, cada um no seu grupo de trabalho e com o Apontador que todos os dias verificava a presença. O Fiscal aparecia na roça para verificação do trabalho, mas os trabalhadores não o procuravam diretamente, embora o contrário ocorresse com frequência. Quando em busca de trabalho, os trabalhadores podiam falar com o Gerente.

A divisão sexual do trabalho ocorria e ocorre na base da hierarquia, pois nas memórias dos sujeitos não há registro de mulheres nas demais funções de mando.

Segundo as entrevistadas, o trabalho inicialmente oferecido estava sempre relacionado a atividades “leves e fáceis”, “serviço de mulher” que poderia também ser realizado por crianças e adolescentes, como por exemplo, tirar limo dos caules dos cacauais fora citado por todas as entrevistadas como tarefas iniciais. Escovar os caules estava situado na adequação do trabalho doméstico à lavoura. Mãos acostumadas à escova ao lavar as roupas da família foram utilizadas para fazer aumentar a produção dos cacauais.

Entre os Trabalhadores em geral havia uma divisão própria, definida pelas tarefas.

Abaixo, apresenta-se algumas das funções existentes nas fazendas produtoras de cacau do Município estudado.

Segundo os relatos dos sujeitos, esta organização variava em decorrência do tamanho da propriedade – da qual verificava-se o volume da produção e, portanto, a quantidade de trabalhadores e a divisão do trabalho, bem como sua hierarquia interna. Nas fazendas menores algumas dessas funções eram suprimidas enquanto “cargo”, mas executadas pelos trabalhadores de modo geral onde “todos faziam tudo”.

O Trabalho geral visava integrar todos os trabalhos decorrentes da produção cacauceira que não se integra às funções-cargos. Pode-se então destacar como trabalho geral: roçagem ou raleamento da mata de cobertura, a Cabruca⁵ - controle de sombreamento - no caso, a Mata Atlântica; aplicação de herbicida e de adubo; preparação de pasto; construção de cerca; busca e decepamento de madeira seca (com machado ou motosserra) para abastecer o secador; abertura de estradas internas da fazenda, dentro dos cacauais, colheita dos frutos – derrubada dos frutos com uso do podão; etc.

O Contratista, era “o trabalhador que se embreava na mata, realizava o ‘cabrocamento’ da mesma, plantava o cacauceiro e, quando estava produzindo, o proprietário pagava o contrato.” (CEPLAC, 2017).

O Viveiro pode ser entendido como local de sementeira - preparação dos sacos com terra para produção das mudas de cacau - assim como a/o trabalhadora/or que realizava este trabalho no viveiro. Segundo os relatos dos trabalhadores, este trabalho era realizado na maioria das vezes por mulheres e crianças. (Descrição dada pelos entrevistados - 2016).

As/Os Bongueiras/os, eram normalmente mulheres, no entanto, homens também realizavam esta tarefa, em número suficiente para coletar o cacau derrubado dos cacauais.

Segundo relatos das trabalhadoras, para cada turma de colhedor havia uma turma de bongueiras que faziam os montes de frutos para os tropeiros recolherem e fazerem montes maiores. A quebra dos frutos para retirada das amêndoas era realizada por todos, homens e mulheres. Agilidade e atenção para que os frutos não se perdessem era parte das exigências para esta função (Descrição dada pelas entrevistadas – 2017).

⁵ Como a cacauicultura é uma atividade híbrida, o sistema de produção Cabruca de convívio com árvores de grande, médio e pequeno porte (defendido como sistema de cultivo agroflorestal pela CEPLAC - **Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacauceira**) é utilizado desde as primeiras sementeiras das amêndoas na Região. Este sistema exige uma permanente atividade de poda das árvores, roçagem ou controle das plantas de pequeno porte com herbicidas – muito utilizados pelos cacauicultores. “A palavra Cabruca é um termo regional derivado do verbo brocar, que surge a partir da frase “vem cá brocar” a mata para plantar cacau. Daí o termo derivou para cabrocar, cabrocamento, cabroca e Cabruca.” (GUIA DE BENEFICIAMENTO DE CACAU DE QUALIDADE, 2007).

Os Tropeiros realizavam uma atividade cansativa e permanente. Cuidavam dos animais, desde a alimentação aos cuidados com a saúde destes. Havia também a atenção com arreios e caçoás (balaies); transportavam os frutos no interior das plantações e depois transportavam as amêndoas da lavoura para os cochos de fermentação nas proximidades das barcaças e secador. Esta função era delegada, normalmente aos homens, no entanto, mulheres também a realizava. Segundo relatos, as mulheres começaram fazendo este trabalho junto com os maridos e, no impedimento destes, acabavam substituindo-os sem, no entanto, receberem qualquer alteração salarial por isto.

O Estufeiro era responsável pelo processo de fermentação das amêndoas de cacau e deslocamento destas para a barcaça, onde o Barcaceiro realizava a primeira parte da secagem das amêndoas ao sol, na barcaça. Também realizava a pisagem das amêndoas para dar-lhes brilho e melhoria da qualidade. A estufa, ou secador é a penúltima parte do processo, onde se realizava a secagem final das amêndoas. Após a retirada da estufa e o seu resfriamento ao natural, as amêndoas eram ensacadas, pesadas e transportadas em caminhões para os armazéns da cidade.

O Estufeiro e o Barcaceiro podiam ser o mesmo trabalhador, a depender do tamanho da propriedade e de sua produção em arrobas de amêndoas. Estas funções, segundo as trabalhadoras, eram realizadas pelos homens e, quando casados, acompanhados pelas mulheres, mas elas não recebiam a distinção que conferiam uma melhor remuneração.

A mão-de-obra feminina faz parte do exército de trabalhadores da reserva rural, mobilizada na medida em que havia necessidade, pois estavam ali mesmo, nas casas das fazendas com toda a família e excluía as dificuldades de contratação.

Quando necessário, bastava falar com uma das moradoras para que a solidariedade feminina se adiantasse em convidar as demais para o trabalho.

As empreitadas eram comumente organizadas por mulheres para realização com outras mulheres e os filhos, assim a realizavam mais rápido e dividiam o dinheiro pago pelo trabalho. Trabalhos considerados “leves” ou de “mulheres” propiciavam ganhos ao proprietário uma vez que os valores pagos às mulheres eram inferiores aos pagos aos homens.

Saffioti (2013) explica que a mulher coopera não só como força de trabalho em geral, mas fá-lo como mão de obra especial que mais do que a força de trabalho masculina, sofre flutuações econômicas e se sujeita à percepção de salários correspondentes a trabalhos subsidiários, em virtude, principalmente, não apenas de menor qualificação técnica, como

também de menor desenvolvimento na personalidade feminina dos traços característicos do trabalhador ajustado ao regime capitalista de produção.

Paulilo também destaca, que o

trabalho leve além de desagradável pode ser nocivo à saúde e, tão pouco está relacionado à pouca produtividade como resultado final, ao contrário, sem ele os lucros são reduzidos na cadeia produtiva. (1987, p. 6).

O desconhecimento da totalidade do processo de produção, alienados nos trabalhos primários da produção do chocolate em escala mundial, destaca o fato de que a inexistência de indústrias de transformação da matéria-prima, de alto valor de venda, deixava aos trabalhadores uma ínfima gama de possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

A grande propriedade monocultora e a exploração da força de trabalho, formam a base da produção das amêndoas a qual os proprietários das fazendas montaram a produção de cacau limitada à lavoura, ao transporte e à comercialização. Uma curta sequência no modo de produção agroexportador que se definia na relação proprietário-trabalhador, proprietário-comprador de amêndoas, comprador-exportador.

A amêndoa é, portanto, no todo da monocultura cacauceira, “uma mercadoria fetichizada”, uma vez que o trabalhador desconhece seu valor de uso e de troca, assim como seu processo de transformação. (MARX, 2013).

Uma das contradições produzidas pelo capitalismo é a de mascarar a cadeia produtiva alienando o trabalhador ao seu nicho da cadeia. Assim, a razão de seu trabalho encontra-se sintetizado no recebimento da diária para suprir com a função de manutenção das necessidades primeiras que se relacionam à própria sobrevivência e de sua família.

A relação dos trabalhadores das fazendas encerrava-se no carregamento dos caminhões que transportavam as amêndoas para os armazéns das cidades. Eram as (os) recrutadas (os), “alugadas (os)”⁶ que desenvolviam toda a fase primária da produção: do desmatamento e preparo da terra até o ensacamento e entrega das amêndoas.

A discriminação, os obstáculos, a instabilidade e a esporadicidade dos contratos da força de trabalho feminina no meio rural do município em questão, se difere

⁶ Jorge Amado aplica o termo “alugado” no livro *Cacau*:

– Está você alugado do Coronel.

Estranhei o termo:

– A gente aluga máquina, burro, tudo, mas gente não.

– Pois nessas terras do Sul, gente também se aluga.

O termo me humilhava.

Alugado...

Eu estava reduzido a muito menos que homem... (AMADO, 1987).

substancialmente do que ocorre na zona urbana, dada a “proteção das cercas” do isolamento, do compadrio e do poder que os proprietários exerciam sobre os trabalhadores.

Pode-se destacar, dos relatos dos trabalhadores, argumentos que favorecem e desfavorecem a contratação da força de trabalho feminina para a atividade na produção de cacau.

Segundo as trabalhadoras, eram fatores de favorecimento:

- a) as famílias residiam nas fazendas, portanto, o deslocamento é mínimo;
- b) ao residirem na fazenda, as famílias formavam um “bolsão” de segurança para os estoques guardados no interior da barcaça ou em depósito próprio, até o transporte final;
- c) os filhos estavam sempre aos cuidados de membros da família, ou vizinhos, ou iam para o trabalho com os pais, a depender do tamanho e não da idade;
- d) havia uma “desobrigação naturalizada” de formalização do trabalho da mulher;
- e) as mulheres tomavam por “menores” os trabalhos da lavoura. “Cuidavam da plantação como se tivesse cuidando do jardim de casa”;
- f) os trabalhos eram manuais;
- g) os trabalhos destinados às mulheres eram mais sazonais que para os homens, uma vez que terem vínculo empregatício e serem as primeiras a sofrerem os efeitos das crises que derrubavam os preços das amêndoas.

As condições desfavoráveis à contratação de mulheres situam-se no campo dos processos de trabalho que impõem restrições quanto ao gênero, quando há a masculinização das tarefas, como uma das “impressões de qualidades distintas da força de trabalho feminina e masculina.” (LOBO, 1991).

Desta forma, destaca-se dos relatos o que seriam fatores de desfavorecimento da contratação da força de trabalho das mulheres:

- a) a força física exigida em tarefas como roçagem com bisco⁷; o trabalho de poda dos cacauais; a função de carregar e descarregar os caçoás, nos burros da tropa, com as amêndoas moles do cacau; o processo de fermentação que exigia o transporte das amêndoas moles até o cocho; a secagem das amêndoas na barcaça ou secador; o acondicionamento das amêndoas em sacos de fibra;

⁷ Instrumento largamente utilizado na região cacauaieira para roçagem e outras tarefas que exijam corte a uma distância “segura” do corpo. É composto pela lâmina de corte de facão, com cabo de madeira alongado, com fenda ao centro onde é inserida lâmina e atado, amarrado com arame fino. A amarração deve ser feita com muitas voltas de arame para garantir que não se soltará na execução do trabalho. (Informação do conhecimento e experiência da pesquisadora).

- b) cuidado dos animais, muares, das tropas responsáveis pelo transporte das amêndoas e, outros animais, como equinos, da fazenda;
- c) as condições climáticas de alta pluviosidade que desafiavam à resistência e à força;
- d) os constantes ataques de animais peçonhentos, eram impeditivos da presença das mulheres na lavoura;
- e) a maior quantidade de homens na lavoura, desproporcional à quantidade de mulheres.

Várias eram as indicações de gênero que apontavam diretamente o ser mulher: ficam menstruadas; ficam grávidas: “tem mulher que tem uma barriga por ano”; “tem doenças de mulher” (cólicas, enxaquecas, etc.).

Observa-se nestas condições que em ambos os conteúdos, a natureza imposta à divisão sexual do trabalho, na ruralidade cacaueteira, situa-se numa construção social de gênero e de classe, ao entregar uma tarefa, à família, no sistema de empreita, não havia distinção de tarefas. O trabalho que a mulher realizaria não importava ao contratante. O que de fato interessava era a entrega da área com o serviço contratado, realizado. Poda, roçagem, cercaria, transporte, etc. todas as tarefas podiam ser realizadas por empreita e, subjacente à palavra “empreita” estava o trabalho de mulheres e de crianças.

Um falseamento no sistema de contratação do trabalho feminino, de forma temporária e com qualidade garantida, pois as “quadras”⁸ destinadas à empreita eram medidas e fiscalizadas. Os trabalhadores que não realizasse o trabalho conforme exigências da fiscalização da fazenda poderia não receber o combinado pelo trabalho.

A empreita era uma estratégia utilizada para que a família, que ocupava a moradia da fazenda, realizasse uma tarefa coletiva a preço de um trabalhador, o “chefe de família” e com raras exceções “a chefe de família” com vários filhos.

Tais estratégias evidenciam que essas

são as regras da dominação de gênero que se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social [...]. Ou seja, as condições de negociação da força de trabalho não são as mesmas, o que nos permite concluir pela sexualização da força de trabalho e, conseqüentemente, das relações e práticas de trabalho. (LOBO, 1991, p. 152).

Essas práticas foram cristalizadas e continuam presentes nas relações de trabalho, na atualidade. Trabalhadoras e trabalhadores confirmam em seus relatos de memória que pouca coisa mudou nas últimas quatro décadas.

⁸ Segundo entrevistadas, as quadras eram porções de terras, medidas pelo trabalhador contratado da fazenda e dadas na empreita. Podiam variar de tamanho dependendo do trabalho, da quantidade de pessoas para realizar o trabalho.

Assim, o trabalho feminino se dilui no trabalho do homem por meio da hierarquização de gênero, de classe, de raça e é invisibilizado. Diluição fortalecida por relações de poder e de costumes forjados entre o capitalista agrário e a rede organizada no seu entorno que reverberavam na sociedade local.

CONCLUSÃO

Com as modificações ocorridas nas formas de contratação e/ou formação de parcerias, em que o “chefe” da família assina o contrato de Parceria, a invisibilidade do trabalho das mulheres foi aumentada. As mulheres que continuam trabalhando como assalariadas (diaristas) são em menor número e menos vistas ou reconhecidas. As mulheres “sozinhas”, “chefes” de família, não conseguem contratos de parcerias.

No passado, a invisibilidade estava relacionada à superioridade do número de homens nas fazendas produtoras. A partir da década de 90, a invisibilidade ganha dupla face: ausência de oportunidade de trabalho nas fazendas e desvalorização da força-de-trabalho da mulher. Isto, provavelmente, devido à redução dos lucros obtidos.

As crises estruturais do capitalismo que fazem flutuar os preços das amêndoas de cacau, aliadas aos ataques de fungos e outras doenças aos cacauais, camuflam o desinteresse dos proprietários na força de trabalho das mulheres e as excluem do mundo do trabalho nas lavouras.

Assim, toda a contribuição das trabalhadoras, na economia do município durante décadas, continua invisibilizada pela sociedade uma vez que o trabalho nas lavouras é visto como realizado apenas por homens. Invisibilidade que impossibilitou às mulheres trabalhadoras o protagonismo social que mereciam e merecem.

A investigação mostrou que o trabalho da mulher na lavoura cacauieira foi invisibilizado por décadas. Esta invisibilização “colocou” as mulheres em um único lugar: a casa. Lá estavam destinadas ao trabalho doméstico e ao cuidado do quintal, o trabalho reprodutivo. Não que lá ela não estivesse. Estava sim, pois a sociedade patriarcal, tão bem estruturada na região, a destinou este lugar, também.

No entanto, a mulher negra ou parda e pobre não encontrou outro caminho que não fosse cumprir várias jornadas de trabalho, inclusive o trabalho produtivo na lavoura cacauieira. Lavoura esta que estava cercando a casa, pois sua moradia, desde a infância, pertencia ao proprietário da fazenda onde morava com sua família.

O trabalho da casa, o cuidado com a família, é somente uma vertente do trabalho realizado pelas mulheres das fazendas pesquisadas. Trabalhadoras da lavoura cacaueteira, nas diversas tarefas a que eram destinadas, perceberam baixos salários; contribuíram para enriquecer cacauicultores e ao município; realizaram trabalho produtivo e lucrativo, mas a elas foram negadas todas as formas de visibilidade e reconhecimento.

Como argumenta Federici (2018:21) o salário do marido e/ou companheiro constitui um “patriarcado”, pois condiciona a mulher a viver sob as regras do “chefe da família”. Trabalhar na lavoura, ainda que percebendo baixos salários, em comparação aos pagos aos homens, representa uma forma de rompimento com o “patriarcado do salário”.

O trabalho produtivo não eliminou da vida das mulheres o trabalho reprodutivo. Elas continuaram em sua jornada dupla, sustentando duas vertentes do capitalismo, como afirma Federici (2018), “uma jornada para produzir mercadorias e outra para produzir trabalhadores”.

As memórias das trabalhadoras permitem afirmar que a invisibilidade do trabalho da mulher na lavoura cacaueteira em Camacã, Bahia, encontra-se em diversos aspectos da atividade: na raridade de carteiras assinadas; no “engano” promovido pelos contratadores em assinar a carteira de trabalho da trabalhadora rural como doméstica da “casa grande”; na aposentadoria que só vem pela constatação do trabalho do marido; na divisão sexual do trabalho que justifica os baixos salários por meio do discurso do “trabalho leve” x “trabalho pesado”; no vocabulário machista que atribui ao trabalho rural a desinência “trabalhador rural” excluindo os gêneros que dessa atividade participam; na fala do marido que afirma que a mulher “cuida da casa e dos filhos” ausentando-a do trabalho rural ao seu lado nas “empreitas” feitas para a família aumentar a renda e, por fim mas não finalmente, na ausência de auto reconhecimento como trabalhadora rural e digna de direitos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando A.; BORDONI, Orlando F. G.; MONTEIRO, Augusto; VERGARA, Júlio R. A. **Aspectos da Distribuição da Produção e Área de Cacau do Estado da Bahia**. CEPLAC: Boletim Técnico 75. Ilhéus, BA: 1980.

BAIARDI, A. **A subordinação do trabalho ao capital na lavoura cacaueteira da Bahia**. São Paulo: Hucitec, 1984.

AMADO, Jorge. **Cacau**. 47. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

COSTA, Luís Cláudio Z. Sociedade e Economia: A presença da CEPLAC em Camacan (1964-1974). In: Antônio Pereira Sousa; Janete Ruiz Macêdo; Carlos Roberto Arlêo Barbosa. (Org.). **Cacaucultura: A Ceplac e a Vassoura de Bruxa em Camacan** (Cadernos do CEDOC). Ilhéus: Editus - UESC, 2007, v. 08, p. 09-108.

CURY, Carlos Roberto J. **Educação e Contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1986.

FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario: Críticas feministas al marxismo**. Traducción: María Aránzazu Catalán Altuna. Madrid, ES: Traficantes de Sueños, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Claudete%20Ramos/Documents/1_Memória/PDF/Federici_Silvia_El%20patriarcado%20del%20salario.pdf>. Acesso: 01/02/2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LOBO, Elizabeth S. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARX, Karl. Processo de trabalho e Processo de Valorização. 1. O processo de trabalho; processo de valorização. (Capítulo V). In: ____ **O Capital**. (Vol. 1). 2 ed. SP: Boitempo, 2013. p. 255-272.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo, 2010.

GRAMACHO, M. H.; OLIVEIRA, C. G. S.; TRINDADE, G. A. **Trajetórias, permanências e transformações têmporo-espaciais da cidade de Camacan/BA: interfaces com a crise cacaueteira**. Ilhéus: Editus, 2009.

PAULILO, Maria Ignez. S. O peso do trabalho leve. Vol. 51/ nº 28. Ver. Ciência Hoje. 1987. SÁ, C. N. **Festa da Cidade: cultura e turismo na periferia do cacau**. Dissertação de Mestrado. Ilhéus: UESC, 2003.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classe: mito e realidade**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

Submetido em: dezembro de 2018

Aceito em: fevereiro de 2019